

Agonia lenta de um partido que são dois

LUIZ CARLOS LISBOA

O observador atento da política brasileira, diante das perspectivas da Assembléa Constituinte e nas vésperas da convenção nacional extraordinária do PMDB, corre o risco de cair morto, como na imagem de Max Jacob, atingido pelo piteresco. A pedido do presidente Ulysses Guimarães, a Ordem dos Advogados do Brasil vai elaborar um anteprojeto constitucional que servirá de base do substitutivo do deputado Bernardo Cabral, e o presidente da Ordem já adiantou aos jornais alguns pontos desse trabalho, que inclui a proibição de transformar a dívida externa em capital de risco e perfilha todas as demais idéias que a OAB sempre defendeu. O outro acontecimento expressivo do momento, a convenção do maior partido político do País, vai desenrolar-se sob o signo da divisão irreparável, porque seus participantes estão azeitando suas armas com esse propósito.

Quem acompanha a vida política brasileira das últimas décadas sabe que não há qualquer vantagem em manter viva essa ficção que é o PMDB. Ela sobrevive até hoje porque está dentro e fora do governo ao mesmo tempo, somando as vantagens de estar no poder aos benefícios de ficar na oposição, se possível sem os desgastes de um ou de outro. O que há no partido é uma esquerda burguesa muito ativa, em confronto com um setor liberal que teme os estilhaços da "guerra de rótulos" que assola o mundo e aflige rudemente o milheu político dos países em desenvolvimento. São dois partidos espremidos num só, duas agremiações metidas à força numa armadura onde só caberia uma delas — por conveniência de políticos que fazem da vida pública uma "carreira", e populistas que têm a vesânia do poder. Do artificialismo dessas pressões resultou o PMDB, que precisamente amanhã terá suas visceras revolvidas no segundo dia de uma convenção que foi convocada para conciliar o inconciliável. Não foram pessoas ingênuas que a convocaram, mas políticos experimentados que desejavam tirar disso algum resultado — no caso, a "domesticação" de uma das alas ou a identificação pública do partido com as teses "progressistas" que só vicejam na oposição e se revelam tremendo fracasso no governo. Se alguém vai tirar partido daquela contradição viva, isso ainda está para ser verificado.

O impasse é quase inevitável, porque por mais que vocações pesadistas joguem água fria na fervura e tentem suprimir toda discussão, será sempre desgastante a associação do partido com o recuo, o jettinho e o amansamento. O PMDB agora tem de dar uma de homem e tomar decisão, ainda que isso resulte num racha dos diabos, daqui para a frente. A natureza ensina que há elementos impossíveis de serem misturados e desejos inalcançáveis. O que se espera ver nessa convenção é a clareza capaz de regenerar o espectro político nacional, tornado ainda mais difuso nos anos de arbítrio que se contaram em número de

vinte. Por que o medo de implodir a velha carcaça que enfeia o pasto e ameaça a futura Constituição? Houvesse desapego e respeito à representatividade, e um partido do centro democrático emergiria agora desse antigo PMDB como uma crisálida, detizando a sigla para a esquerda, que não vai abandonar jamais o velho casulo, por minoritária que ela possa ser. A duração do mandato do presidente Sarney, o sistema de governo e o tratamento da dívida externa do Brasil, parecem os principais focos de discordância mas são realmente pretextos, meros divisores de água, demarcadores de áreas como os riscos de giz no jogo da amarelinha. A cédula de votação que vai ser usada domingo podia conter somente uma pergunta: "Você é de esquerda, de centro ou de direita?" Mas ainda isso poderia ser problemático, porque a esquerda haveria de preferir para si mesma a designação de "progressista" ou "democrática"; o centro ia preferir não responder à pergunta, com medo dos rótulos que pegam, e a direita não seria encontrada, seja porque se esconde, seja porque não passa de uma antítese útil à esquerda.

Ninguém conseguiu entender até agora porque o PMDB da esquerda adotou tão rapidamente as teses do mandato de quatro anos para o presidente Sarney, e o parlamentarismo-já. Que tenha preferido o rompimento imediato e definitivo com o FMI, entende-se bem, mas por que os quatro anos e o regime de gabinete? Talvez porque o chamado centrodemocrático tenha acolhido antes o mandato mais longo e o sistema presidencialista, o que estimulou os "progressistas", devotos da antinomia. E aí está o País, enorme e vibrante de potencialidade, encailhado nos baixios da mediocridade ideológica e do nacionalismo mal-amanhado. Alguns políticos brasileiros estão vivendo hoje as perplexidades de Mussolini na década de 20, antes da fundação do partido fascista. É muito anacronismo, e não é justo que a Nação inteira tenha de pagar pelo subdesenvolvimento intelectual e a desinformação de alguns, talvez de muitos.

A aprovação do voto secreto nas decisões dos convencionais — totalmente considerado mais democrático do que o voto aberto, de fato indicado numa assembléa de representantes que têm de dar satisfações de seus atos aos eleitores representados — foi um golpe de mão para tornar mais fácil o "patrulhamento" dos impressionáveis com os rótulos e as atribuições de pecha. E imaginar que essa convenção do PMDB não tem sequer poder decisório, nem existe mecanismo capaz de garantir a fidelidade dos seus constituintes na Assembléa Nacional. Todo esse poder de fogo, essa manobra infernal de parte a parte, é quase somente pelo prazer de manipular e empenhar-se em combate. Esses jogos de guerra, num país pobre e endividado como o Brasil, onde (além do mais) dois partidos antagônicos se dão o luxo de fingir que são um só, esses jogos são pura irresponsabilidade, e seus participantes mais alvoroçados vão ter um dia de prestar contas à História.